

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.303 - SP (2020/0266436-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : JOVANKA DE ANDRADE
ADVOGADO : WANESSA DE BARROS BEDIM CHIARE - SP293650
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por JOVANKA DE ANDRADE contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO , assim resumido:

ACIDENTÁRIA LER EM OMBRO DIREITO
INCAPACIDADE LABORATIVA E NEXO CAUSAL NÃO
CARACTERIZADOS BENESSE INDEVIDA DECRETO DE
IMPROCEDÊNCIA.

Alega divergência jurisprudencial quanto ao art. 86 da Lei 8.213/91, no que concerne ao não reconhecimento de benefício previdenciário ante a inexistência de limitação para atividade laboral e a inexistência de nexo causal, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Na situação em apreço, o v. acórdão, ao deixar de reconhecer o direito da recorrente ao benefício por ora pleiteado, uma vez que é portadora de lesão de natureza ocupacional, parcial e permanente, contrariou as decisões de outros tribunais, consoante ementas, "in verbis": (fls. 157).

Tem a presente, em razão do exposto, a finalidade de REQUERER seja o recurso ora interposto recebido, conhecido e PROVIDO, para, com fundamento no dissídio jurisprudencial e expressa violação ao artigo 86 da Lei 8.213/91, com a finalidade de condenar o recorrido ao pagamento do benefício de auxílio-acidente a recorrente, consoante postulado na inicial, por medida de JUSTIÇA! (fls. 160).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não apresentou certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tenha sido publicado o acórdão divergente; ou ainda a reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte (art. 255, § 1º, do RISTJ).

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido: "O dissídio jurisprudencial não foi devidamente comprovado, tendo em vista a ausência de demonstração da divergência mediante certidão ou cópia autenticada, citação de repositório oficial ou credenciado ou reprodução de julgado disponível na internet com a indicação da respectiva fonte. Precedentes". (AgInt no AREsp 1.244.772/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 13/11/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp 1.517.575/RN, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 12/6/2020; AgInt no REsp 1.790.289/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 6/4/2020; REsp 1.790.038/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 9/6/2020; e AgInt no AREsp 1.225.434/SP, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 24/10/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor dos honorários sucumbenciais que serão fixados em liquidação de sentença, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente